

ESPAÇOS DA MEMÓRIA E POLÍTICA CULTURAL NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Pablo Gobira*

Fernanda Corrêa**

Karla Danitza de Almeida***

RESUMO

Este trabalho, resultado parcial do projeto de Programa Institucional de Extensão, intitulado Direitos à Produção e ao Acesso à Arte e à Cultura, tem como proposta levantar questões a respeito da política cultural no contexto de uma Instituição Pública de Ensino Superior (IES), a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Pretende-se, a partir disso, apresentar os espaços da memória na universidade para, em seguida, debater, de modo inicial, a relação entre tais espaços e a política cultural da IES.

Palavras-chave: Arte. Política. Cultura. Preservação. Memória.

101

ESPACIOS DE MEMORIA Y POLÍTICA CULTURAL EN LA UNIVERSIDAD DEL ESTADO DE MINAS GERAIS

RESUMEN

Este trabajo, resultado parcial del proyecto Programa Institucional de Extensión, intitulado Derechos a la Producción y al Acceso al Arte y a la Cultura, tiene como propuesta levantar cuestiones respecto de la política cultural en el ámbito de una Institución Pública de Enseñanza Superior (IES), la Universidad del Estado de Minas Gerais (UEMG). A partir de ahí se pretende presentar los espacios de la memoria en

* Doutor, Escola Guignard, Universidade do Estado de Minas Gerais.

** Graduanda, Escola Guignard, Universidade do Estado de Minas Gerais.

*** Graduanda, Faculdade de Políticas Públicas, Universidade do Estado de Minas Gerais.

la Universidad para, enseguida debatir inicialmente la relación entre esos espacios y la política cultural de la IES.

Palabras-clave: *Arte. Política. Cultura. Preservación. Memoria.*

PLACES FOR MEMORY AND CULTURAL POLICY IN THE STATE UNIVERSITY OF MINAS GERAIS

ABSTRACT

This paper is the partial result of an Extension Institutional Program project, named Rights to Production and to Access to Art and Culture. It aims at proposing some questions about cultural policy in the context of a public Institution of Higher Education (IHE), the Minas Gerais State University (UEMG). It also intends to present some spaces of memory at the university and, as an opening, to discuss the relation between those spaces and the cultural policy in this Institution of Higher Education.

102

Palavras-chave: *Art. Policy. Culture. Preservation. Memory.*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado parcial do projeto do Programa Institucional de Extensão, intitulado Direitos à Produção e ao Acesso à Arte e à Cultura. Neste artigo, busca-se, com base nas discussões iniciais do projeto, debater a questão da política cultural e suas possibilidades existentes, bem como essa política institucional se relaciona com a questão da memória nessa Instituição de Ensino Superior (IES).

A UEMG é uma instituição *multicampi* com 25 anos de atividades. A sua atual presença em 17 cidades, apesar de promover a diversidade na instituição e atender amplamente o Estado de Minas Gerais dificulta, por sua imensidão, a manutenção de uma política igualitária de acesso à arte e à cultura e/ou mesmo aos espaços culturais da instituição. Além de seus vários espaços de convivência

nas unidades, a UEMG também tem acervos e arquivos que compõem seu patrimônio, que deve ser livremente acessado pela comunidade interna e externa a ela.

A partir do reconhecimento desses espaços, propõe-se este trabalho como uma leitura da realidade da UEMG. Essa realidade institucional é extensa, portanto não é possível ser analisada em apenas algumas poucas páginas. O exame dessa realidade é objeto de um programa institucional de extensão do qual este estudo se origina, então, para viabilizar este trabalho, será realizado um recorte da realidade da UEMG.

Para isso, este trabalho está organizado do seguinte modo. A seção seguinte apresenta as noções de “política cultural” relacionadas ao contexto da universidade. Na terceira seção discute-se a ideia de “espaço da memória” também no contexto da universidade. A quarta seção apresenta as potencialidades dos espaços da memória dentro da universidade aqui em foco, apresentando-os ao leitor. A última seção apresenta as considerações finais sobre as políticas culturais possíveis relacionadas a esses espaços.

103

2 POLÍTICA CULTURAL E UNIVERSIDADE

2.1 Política cultural

Quando falamos hoje de cultura, o que nos vem à mente não é a imagem de uma totalidade coerente e coesa, fechada e auto-sustentada, com partes claramente articuladas e intimamente entrelaçadas, mas o quadro de uma vasta matriz de possibilidades na qual incontáveis combinações e trocas não absolutamente coordenadas podem ser feitas e com efeito o são. (BAUMAN, 1999).

Com Bauman (1999), compreende-se a diversidade de conceitos de cultura e a liberdade que se encontra na percepção da cultura nos dias de hoje. As atuais trocas são mais ágeis e suas impregnações

mais dinâmicas. Isso pode levar a entender que conceituar cultura e as políticas culturais originárias desse processo requer o olhar amplo e descerrado. Entende-se haver variações designadas a partir do lugar de percepção: por ora são conceitos vindos da relação **Estado e políticas culturais**; em outros momentos são daqueles construídos a partir da percepção simbólica contida no desenvolvimento da cultura. É nessa linha que é traçado o conceito de políticas culturais do qual este trabalho se vale.

Em sua origem, as políticas culturais são princípios, objetivos e estratégias desenvolvidas para a garantia ao acesso, à difusão, à fruição, à identidade e ao patrimônio, à criação e à produção cultural de uma sociedade. Têm, entretanto, um laço forte com as organizações econômicas e sociais de um país, suas proposições derivarão da condução que é dada a tais políticas.

104

Propõe-se, neste tópico, remontar ao seu processo de desenvolvimento a partir da Conferência Mundial sobre políticas culturais (no México, em 1982). Nesse momento, inicia o fortalecimento das discussões em torno das identidades culturais e da necessidade de “estretar a colaboração entre as nações, garantir o respeito ao direito dos demais e assegurar o exercício das liberdades fundamentais do homem e dos povos, e do seu direito à autodeterminação.” (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985).

Nesse período, uma forte crítica ao elitismo da “alta cultura” começou a ser empreendida e novas propostas de acesso às “diferentes manifestações culturais” (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013) começaram a serem praticadas de forma mais abrangente e com o diálogo ligado ao pluralismo da sociedade.

No ano de 1987, ocorreu a Conferência de Brundtland, na qual os conceitos de sustentabilidade e biodiversidade foram introduzidos nos debates sociais. Passa-se, portanto, aos estudos sobre como a

sustentabilidade cultural está intimamente ligada à sustentabilidade de uma sociedade. E ressalta-se a importância da manutenção dos saberes, da língua, da perenidade da simbologia encontrada nas diferentes formas de cultura.

Na década de 1990, torna-se público um relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O mundo está imerso no desenvolvimento de políticas neoliberais, em que o Estado se retira das funções de providência e se aproxima do mercado. Configura-se, portanto, a busca por um Estado mínimo.

No Brasil ocorre um momento crítico, pós-Collor, responsável pelo dismantelamento da cultura como, por exemplo, havendo o fechamento de fundações importantes para promoção de políticas culturais no país. Uma delas é a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), constituída no ano de 1975. Logo após, surge o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que retoma a cultura em um Ministério.

A Lei Rouanet (1991), desdobramento da Lei Sarney (1986), tem um crescimento, mas é desenhada pelas escolhas da iniciativa privada, que a utiliza como mecanismo de isenção fiscal, pois a dedução que é permitida se torna também um meio de uso do *marketing* como alavancagem social e econômica. Desde então, essa é uma perspectiva de construção de política cultural que vem sendo insistentemente criticada por artistas, produtores, estudiosos e intelectuais da cultura oriundos das universidades e de fora delas.

No final da década de 1990, acontece a Conferência de Estocolmo para Políticas Culturais, que apresenta como objetivos: a política cultural como estratégia de desenvolvimento; a promoção da criatividade e envolvimento na vida cultural; a preservação da herança cultural; a promoção das indústrias culturais; promoção da

diversidade linguística e cultural; a disponibilização e o acesso às fontes humanas e financeiras para o desenvolvimento cultural.

Em 2001, é proclamada a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da qual o Brasil é um dos signatários e assume o compromisso de levar a compreender e fortalecer as ações ligadas à diversidade dos povos.

No Brasil, a partir dos anos 2000, as políticas culturais navegam pelas diretrizes da UNESCO, porém, têm seus altos e baixos no diálogo com a sociedade. Os desafios estão presentes: a constante alteração de seus condutores; a necessidade de revisão das políticas de fomentos; o ir e vir de propostas há tempos iniciadas, como exemplo, o SNC – Sistema Nacional de Cultura, o PNC – Plano Nacional de Cultura, e os fundos de financiamento; bem como os desafios dos debates locais, criação de conselhos estaduais e municipais; descentralização; acesso e outras mais.

106

Existem poucos anos de debates intensos e profícuos sobre política cultural. Ainda assim, pode-se entender que política cultural é toda e qualquer possibilidade de organização da discussão para o entendimento da cultura, do acesso a ela e da sua produção. Além disso, é também a capacidade de propor a construção e a prática de direitos, a garantia de voz em uma sociedade, a garantia de manutenção de suas crenças e valores e a composição de suas estratégias para o desenvolvimento e sustentabilidade da cultura de seu povo.

2.2 A política cultural e a universidade

Para contextualizar as relações que estão impregnadas nas estruturas – da educação e da cultura – parte-se, aqui, da leitura do trabalho de Luiz Costa Lima (2013). Para o autor, essa impregnação é histórica e passa pelo lugar-comum de nossas percepções e construções

educacionais e, de forma mais contundente, pelos desvios provocados por uma ditadura que iniciou nas décadas de 1920 e 1930 e foi retomada entre os anos de 1964 e 1985.

Essas interrupções interferem diretamente na fundação ou na extinção de universidades no Brasil, o que, para o autor, é fator decisivo na já atrasada construção acadêmica. Sendo assim, é claro o fato de existir, no processo educacional, a dificuldade de desenvolvimento das questões políticas.

Aliadas às questões trazidas por Lima, existem as atuais relações advindas novamente por arranjos políticos, por diretrizes internacionais, pelos processos de construção dos planos educacional e cultural, dentre outros, assim também como os desafios incessantes da edificação das políticas culturais, educacionais e públicas. Incluem-se também os processos do capitalismo que não deixam de envolver o ensino superior.

107

A Reforma do Ensino Superior no Brasil nasce como resposta às diretrizes de organismos internacionais e tem como orientador inicial a publicação de 1994, do Banco Mundial, intitulada *Higher education: the lessons of experience*. A regulação inicial se dá no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2002, que, assim como no caso da cultura, facilita o desenvolvimento da educação em relação com o mercado. Há, com isso, o sucateamento das universidades públicas, com o aumento de universidades privadas e a transferência de verbas públicas para a expansão dessas IES. Na sequência, no ano de 2003, o Governo Lula implanta o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), responsável pela construção de novos parâmetros para a educação universitária. Várias linhas de atuação são defendidas, entre elas PPPs (Parcerias Público-Privadas), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, Lei de Inovação Tecnológica, Educação à Distância, e o PROUNI

– Programa Universidade para Todos⁴. É importante ressaltar que, parte dessas políticas, tal como o PROUNI, também desempenha papel semelhante de manutenção do funcionamento das IES privadas na forma de incentivo, mantendo o estudante egresso de escolas públicas.

Quando se cruza o contexto das políticas culturais com o contexto da implantação das políticas para as IES, percebe-se nitidamente que uma e outra se desenvolvem a partir de premissas internacionais. Se, de um lado, pode-se avaliar tais processos pelo entendimento global e da universalização dos direitos; por outro, pode-se entendê-los como meios e metas para o apagamento da identidade e memória de uma sociedade ou uma região. É nesse momento que se volta o olhar para as Instituições do Ensino Superior como organizações essenciais - mas não únicas, é preciso dizer - para a criação dos inventários de nossa memória como sujeitos culturais.

108

A seguinte questão emerge: como as IES, neste caso a UEMG, vêm executando políticas para a construção e o desenvolvimento de seus espaços de memória? Na busca de uma resposta, deve-se dar início ao entendimento do que são as políticas culturais nas IES e o que são os espaços de memória na formação da identidade.

Recordando que se propõe o conceito de política cultural como toda e qualquer possibilidade de organização da discussão para o entendimento da cultura, bem como a capacidade de se propor a construção e a prática de direitos, a garantia de voz de uma sociedade, a garantia de manutenção de suas crenças e valores e a composição de suas estratégias para o desenvolvimento e sustentabilidade da cultura de seu povo, pode-se observar aquilo

⁴ Importa ressaltar que nosso intuito é apenas trabalhar com essas informações apenas para a contextualização histórica e efetiva das políticas que vêm sendo desenvolvidas no Brasil para as Instituições de Ensino Superior e, assim, amparar o nosso contexto específico, o da Universidade do Estado de Minas Gerais.

que é proposto no Programa Mais Cultura nas Universidades – PI Nº18 – 18 de dezembro de 2013, que, no objetivo VI do artigo 3º, oferta apoio às iniciativas “com ênfase na valorização da diversidade cultural brasileira, **na proteção, preservação e valorização dos patrimônios culturais** [...]”, o que, para nós, tem o grifo especial, pois dá luz e justificativas aos questionamentos quanto ao que se vem construindo nas IES sobre políticas culturais e os espaços da memória.

Como política, o programa mencionado traz estímulos, fomentos, fortalecimentos, articulações e estruturas no âmbito das IES. Desse modo, permite que as instituições contribuam com o atendimento aos artigos da Constituição Federal de 1988 que preveem a garantia a todos do direito à educação e o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional - Portaria Interministerial nº18. (BRASIL, 2013).

Aí está o fio condutor para a interseção política cultural e espaços de memória, ligados aos saberes locais, à diversidade cultural e às possibilidades de mediação que a universidade pode empreender entre o que é produzido dentro e fora dela.

3 ESPAÇOS DA MEMÓRIA

Lugares da memória podem ser objetos, instrumentos ou instituições, dependendo apenas que estejam estritamente interligados à memória e à história. Deve, também, haver nos lugares da memória uma intenção memorialista que garanta sua identidade, e que permita que eles não sejam meros lugares de história. (NORA, 1984).

Ao refletir sobre a universidade para além do lugar de produção de conhecimento, e ampliar o campo de observação, percebe-se que os lugares de memória e cultura também se encontram na universidade. Esses lugares abarcam espaços físicos e virtuais, e

também espaços como eventos, publicações, e outros. Com isso, desenvolve-se a reflexão sobre tais espaços neste artigo a fim de que se possa investigar, mesmo que brevemente, como eles impactam na perpetuação da memória e cultura dentro da comunidade, acadêmica e não acadêmica.

Eventos promovidos por universidades proporcionam à sociedade e à comunidade acadêmica integração e interação através de diálogos, trocas de experiências e impressões. A promoção de eventos é o lugar de expressão da memória e cultura que acontece através não só dos trabalhos apresentados e debates em rodas de conversa sobre o tema central ou subtemas do evento, mas também por meio de expressões artísticas, como oficinas e exposições, apresentações de dança e teatro, dentre outras. Também, quando esses eventos ocorrem periodicamente, eles se constroem como memória viva e mutável, mas recorrente naqueles espaços.

110

Outro espaço de memória e cultura dentro da universidade é a publicação de revistas, livros autorais, coletâneas de textos ou relatórios de pesquisas. Entretanto, o próprio ato de publicar as pesquisas que acontecem dentro da universidade é uma maneira de documentar sua memória intelectual e cultural. Entende-se, assim, que documentos bibliográficos também são lugares de memória e cultura, e as bibliotecas de cada unidade da instituição, de cada instituto ou faculdade serve como repositório desses saberes produzidos, registrados e publicados.

Como se vê, é preciso ter um espaço físico para se responsabilizar e conservar tais documentos bibliográficos. Ao entender esses trabalhos como memória, deve-se conservar, portanto, não somente esses documentos, mas todos os rastros do passado ingressos na escrita e em imagens, como cartazes, películas cinematográficas, fotografias e registros magnéticos. O espaço de preservação de

vestígios documentais do passado é denominado arquivo, um lugar físico e social, do qual se utilizam estudiosos (dos arquivos, da história, da sociedade, da cultura, da arte, da literatura, etc.) para procurar evidências necessárias à instituição de um discurso, seja ele histórico, crítico, seja analítico.

Michel Foucault, em *Arqueologia do saber*, afirma que o arquivo permite que todas as coisas ditas se agrupem e se componham umas com as outras, se mantenham ou se desfaçam. Assim, a relação entre arquivo e inércia é inexistente, pois arquivo é “o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados”. (FOUCAULT, 2008). O arquivo não possui o peso da tradição e, ao mesmo tempo, não é o lugar de esquecimento. Ele permite observar a subsistência dos enunciados, e, simultaneamente, as suas modificações. Dessa forma, somos capazes de romper com nossas continuidades enunciativas. Vê-se, então, que a noção de arquivo é tratada por Foucault como um conjunto de regras formadoras do discurso descontínuo.

111

No entanto, pode acontecer desse espaço se tornar inacessível, pois, na medida em que ele preserva, pode igualmente distanciar o que é preservado do mundo exterior. Isso pode também acontecer em outro espaço de memória: o acervo artístico.

Um acervo artístico é o espaço no qual as diferenças da obra de arte são pensadas. O foco na singularidade dos objetos preservados no acervo faz, muitas vezes, com que ele se torne um espaço inacessível. Quando um acervo está alocado em uma instituição pública, deve ser pensado a partir de um esforço de abertura ao mundo a seu redor. Essa abertura ao mundo é necessária para diminuir a distância que os objetos arquivados, guardados, conservam. Também é necessária para que o conhecimento da produção cultural e artística de um povo, instituído no arquivamento das obras de arte, seja conhecido. Isso permitirá que o acervo sofra intervenções variadas, criando

novas configurações e gerando questionamentos necessários para que esse povo se reconheça como tal e se diferencie dos povos de outras regiões.

Além de arquivos e acervos artísticos, as bibliotecas também são um importante agente na formação da memória e cultura. Através de suas coleções de livros e periódicos, a biblioteca se mantém como um dos mais antigos espaços de memória e cultura.

Atualmente, com os novos recursos tecnológicos, a biblioteca se expande para os espaços virtuais. A disponibilização de artigos, pesquisas, dissertações e teses na internet amplia o acesso à cultura, ao mesmo tempo em que se institui como acervo digital, possibilitando também a parceria entre instituições acadêmicas a fim de abrir seus acervos para estudantes e professores dessas universidades. A criação de bases de dados que constem as produções e publicações que ocorrem dentro da universidade é outro espaço de memória e cultura, inclusive da própria instituição, que serve de suporte para estudos sobre questões políticas e culturais na academia.

112

Deve-se lembrar, também, dos espaços expositivos das galerias de arte dentro das universidades como lugares de memória e cultura. No âmbito das artes, sobretudo das artes plásticas, a exposição da obra de arte é equivalente à publicação de textos para os profissionais de outras áreas, sendo, assim, lugares de registro da produção de arte nas universidades.

Por fim, os lugares de memória e cultura dentro das universidades podem ser diversos, mas é preciso que existam políticas culturais internas – políticas com intenção memorialista – que preservem e mantenham esses espaços de maneira adequada e com público frequente.

4 ESPAÇOS DA MEMÓRIA E SUAS POTENCIALIDADES CULTURAIS

Em busca de entender o contexto da IES em foco neste artigo, serão apresentados e comentados sucintamente alguns de seus espaços de memória e cultura, dialogando com o que foi discutido até aqui.

A UEMG conta com cinco unidades em Belo Horizonte (Escola de Design, Escola Guignard, Escola de Música, Faculdade de Educação, Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves) e mais de dez unidades no interior de Minas Gerais, caracterizando-se como *multicampi*. A investigação dos espaços de memória e cultura exposta neste trabalho restringiu-se aos dados divulgados pelas unidades do *campus* de Belo Horizonte no *site* da universidade até o presente momento e a partir das informações encontradas nas próprias unidades. Desse modo, apresentam-se abaixo informações apenas da Escola de Música e da Escola Guignard da UEMG, além de uma breve referência ao Acervo Alberto e Priscila Freire.

113

Para a análise dos espaços da memória e suas potencialidades, foi levado em consideração que nem todo lugar onde há reverberação da memória é espaço de memória. Em uma de suas definições, Pierre Nora (1984) propõe que é necessário haver uma intenção memorialista a fim de que o espaço seja identificado como lugar de memória. Apesar dos auditórios das unidades serem espaços onde acontecem eventos, palestras e seminários que, de certa maneira, propiciam a difusão da memória, não se observa neles tal intenção memorialista, portanto eles não serão considerados espaços da memória neste trabalho.

4.1 Espaços da memória na Escola de Música

ZA Escola de Música da UEMG conta com quatro espaços temáticos: Centro de Música Brasileira, Centro de Música Contemporânea, Centro Braille e Centro de Registros.

O Centro de Música Brasileira tem como objetivo estimular a preservação da memória, o desenvolvimento, além de difundir conhecimentos e práticas relativos à música brasileira. Já o Centro de Música Contemporânea procura incentivar e promover conhecimento crítico e acadêmico sobre a música dos séculos XX e XXI. O Centro Braille tem como finalidade proporcionar a inclusão de deficientes visuais na Academia, oferecendo condições adequadas para seu aprimoramento e profissionalização em música.

Por fim, o Centro de Registros busca preservar e propagar a memória cultural por meio de pesquisas e registros da produção artística intelectual em música. Para isso, o centro possui três núcleos: Núcleo de Produção Audiovisual, Núcleo de Produção Fonográfica e Núcleo de Produção Editorial. Cada núcleo contribui para o registro audiovisual, sonoro e gráfico/editorial, além da produção cultural da Escola de Música e da sua divulgação.

114

4.2 Espaços da memória - Acervo Alberto e Priscila Freire

Em fevereiro de 2014, a universidade recebeu a doação de um novo espaço de memória e cultura: o Acervo Alberto e Priscila Freire. O acervo abarca uma coleção com telas de Alberto da Veiga Guignard (dezessete), Tarsila do Amaral, José Pancetti, cerâmicas do Vale do Jequitinhonha, gravuras, esculturas e tapeçarias de artistas renomados. A doação também inclui uma chácara de 50.000 metros quadrados no bairro São Bernardo (Belo Horizonte), onde ainda reside Priscila Freire. Ainda no ano de 2014, o espaço estava sendo

organizado e por esse motivo não é um espaço acessível e com abertura de projetos para a comunidade acadêmica.

4.3 Espaços da memória na Escola Guignard

A Escola Guignard é uma instituição com 70 anos de existência. Ela conserva dois importantes espaços de memória e cultura: a Galeria de Arte da escola e o seu Acervo Artístico. Anualmente, a Galeria promove a mostra interna em que são selecionados trabalhos de arte dos alunos da escola. Além disso, algumas exposições de artistas já consagrados acontecem durante o ano, como, por exemplo, a exposição *Variações*, de Jarbas Juarez, que aconteceu em abril de 2013.

Por meio de um projeto idealizado e coordenado pela professora Zenir Amorim, encetado em 2007, a Escola Guignard iniciou o processo de organização do seu acervo artístico e documental. O projeto tinha como objetivo a restauração das obras, documentos e objetos de Guignard e de outros artistas brasileiros. Foram restauradas 273 peças. Dentre as peças do acervo, encontram-se documentos, objetos, desenhos, pinturas, mobiliário, fotografias e cadernos de estudos de Guignard.

115

A criação desse acervo aconteceu de maneira muito peculiar se comparada às histórias de constituição de acervos em Instituições de Ensino Superior. O projeto de criação foi realizado a partir de um sentimento de afeto e de um desejo de manter a memória de Guignard, como artista e professor, e, assim, preservar a memória da própria Escola.

Em entrevista ao projeto que gerou este trabalho, o professor Carlos Wolney Soares, vice-diretor e decano da Escola Guignard, entende que o acesso ao acervo da Escola para os alunos é de grande importância. Todavia, ele reconhece que este não é o momento

adequado para abrir o acervo aos alunos, pois a Escola ainda não está preparada para proteger o acervo da maneira devida. Inclusive, segundo Wolney, duas obras importantes de Guignard foram emprestadas a órgãos oficiais por motivo de segurança.

Até hoje, o acervo teve apenas duas exposições, a primeira justamente quando finalizado o projeto Acervo Artístico Museológico Escola Guignard, em 2009, e a outra no segundo semestre de 2014 para celebrar os setenta anos da Escola Guignard.

Sendo assim, entende-se que o Acervo da Escola Guignard se encontra em processo de formação, já que ele está ainda em fase final de documentação, não se encontra disponível para acesso aos alunos e à comunidade interna e externa, além de não realizar exposições que divulguem a sua existência. Entende-se o Acervo Artístico Museológico Escola Guignard como um lugar de começos, de memórias, de testemunhos de identidades, de perpetuação de outros tempos, de afeto e de preservação.

116

Percebe-se que é necessário haver divulgação do acervo mediante exposições e acessibilidade da comunidade interna e externa da UEMG para que ele também possa colaborar para a formação de um discurso descontínuo, como propõe Foucault, e se distanciar da noção de arquivo como lugar de inércia.

Ao refletir sobre a ocupação dos espaços e a qualificação dos instrumentos democráticos, pergunta-se: será que estamos todos aptos, atentos e prontos para a construção de um novo momento no campo das políticas da cultura?

Acredita-se que o desenvolvimento de políticas culturais para acervos é bastante recente e se depara com questões ainda não atualizadas pela lei ou planos de desenvolvimento, necessitando de um tempo para compreensão de novos caminhos, como podem ser vistos no

Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014) e na Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998). Sendo assim, não é difícil entender por que o Acervo da Escola Guignard ainda se encontra em processo de formação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi levantar questões teóricas a respeito da política cultural no contexto de uma Instituição de Ensino Superior, associando-as à questão da memória. Este trabalho apresentou um recorte que considera os espaços da memória cultural da universidade e procurou relacionar esses espaços com a formação de uma política cultural de uma Instituição de Ensino Superior.

Esses espaços são aqueles que possibilitam o registro memorialístico, e podem gerar pesquisa, ensino e extensão, bem como permitem que a universidade – o seu corpo docente, discente e os servidores técnico-administrativos – e a comunidade do seu entorno constituam a sua identidade cultural.

Entende-se que é necessário garantir o acesso aos espaços da memória na UEMG pela articulação e implementação de uma política cultural que contemple o acesso da comunidade interna, compreendendo os estudantes, os professores, os servidores técnico-administrativos e, também, a comunidade externa à UEMG a esses espaços.

Ressalta-se que a proposição de uma política cultural que parta da instituição é necessária e afim com os Planos Nacional de Cultura, Plano Nacional de Educação e diversos outros documentos que instituem políticas voltadas para a cultura. Essa política deve ter em vista que a realidade múltipla da IES é fragmentada em vários *campi* e, por isso, ao promover o conhecimento de seus espaços culturais e da memória estará integrando essa instituição.

É também importante criar mecanismos para tornar visíveis os projetos que surgem desses espaços ou que são inteiramente dedicados a eles. Com isso, haverá o incentivo à produção e mostrará que a instituição está preparada para tornar os espaços da memória cada vez mais públicos e acessíveis não apenas à comunidade interna da instituição, mas também à externa.

Com relação à Escola de Música, percebe-se que existem diversos projetos em desenvolvimento relacionados aos seus centros. Na Escola Guignard é necessária uma ampliação da visibilidade dos projetos relacionados aos seus espaços. A existência de espaços que se constata serem tão ricos e terem poucos projetos causa certo estranhamento. Essa dificuldade de se encontrar projetos pode significar apenas uma dificuldade em visualizá-los e não, o que seria muito pior, a falta deles.

118

Para a pesquisa desses projetos, este trabalho se deu em buscas nas plataformas institucionais administradas pela Reitoria da UEMG: o CAEx, da extensão; e o MAP, da pesquisa. Ainda que existam, os projetos parecem ser, na maioria das vezes, solitários e não comportam toda a pluralidade de estudos que os espaços podem provocar.

Com um projeto de gestão que: envolva uma política cultural que torne visível os locais de produção artística e cultural nas unidades; estimule e valorize os espaços da memória; divulgue amplamente os espaços que podem ser ocupados com atividades culturais, haverá na universidade a garantia de maior acesso à cultura e à produção cultural.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BRASIL. Lei de Direitos Autorais. Lei nº 9.610, de fevereiro de 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>. Acesso em: 11 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.965, de abril de 2014. Marco Civil da Internet. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 11 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 2013. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_25185827_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_18_DE_18_DE_DEZEMBRO_DE_2013.aspx. Acesso em: 06 jun. 2015.

BRUNDTLAN, Comissão. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**: o nosso futuro comum. Nova Iorque: Universidade de Oxford, 1987. Disponível em: <http://eubios.info/BetCD/Bt14.doc>. Acesso em: 15 abr. 2015.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues#scribd>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

119

DECLARAÇÃO UNIVERSAL sobre a Diversidade Cultural. UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2014.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1985. 8p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>> Acesso em: 03 jun. 2014.

FOUCAULT, Michel Foucault. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir. O que são políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no campo da cultura. IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS. **Anais...** 16 a 18 de outubro 2013.

LIMA, Luiz Costa. **Frestas**: a teorização de um país periférico. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2013.

NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Editions Gallimard, 1984. v. I

Recebido: 26/05/2015

Aprovado: 30/06/2015